

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.354 - SP (2019/0297528-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : VILMAR FRANCISCO SILVA MELO
ADVOGADO : VILMAR FRANCISCO SILVA MELO - SP262172
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ODILON DE JESUS GOMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ODILON DE JESUS GOMES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*Habeas Corpus* n. 2166655-64.2019.8.26.0000).

Extraí-se dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto formulado em favor do apenado, pois não atendido o requisito subjetivo para a obtenção do benefício, além de possuir longa pena a ser cumprida (21/07/2040).

Irresignada, a defesa interpôs *writ* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 38):

Habeas Corpus - Progressão de regime prisional - Pedido que não comportaria conhecimento uma vez que eventual inconformismo em relação à decisão proferida pelo Juízo das Execuções deve ser veiculado por meio de recurso próprio (agravo), a teor do art. 197 da LEP - Matéria examinada em caráter excepcional nestes autos por economia processual, a fim de se evitar ilegalidade em desfavor do paciente - Sentenciado que tem longa pena carcerária a cumprir, com término previsto para 2040 - Decisão fundamentada na ausência do requisito subjetivo, que deve ser mantida - Inexistência de coação ilegal - Ordem denegada.

No presente *mandamus*, alega a defesa que o paciente cumpriu os requisitos subjetivos para obter a progressão ao regime semiaberto, pois o exame criminológico foi favorável.;

Aduz que a longa pena a ser cumprida e a gravidade dos delitos praticados não constituem fundamentação idônea para o indeferimento da benesse almejada.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferido ao reeducando a progressão ao regime prisional intermediário, conforme os

Superior Tribunal de Justiça

termos do art. 112, da Lei de Execução Penal - LEP.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao Juízo de execuções a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator